
O CONSUMO DOMICILIAR DE ALIMENTOS NOS PLANOS CRUZADO E REAL

Joracy Mendes Lima dos Reis⁽¹⁾

1-Introdução

No encontro promovido pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), realizado em Roma, de 13 a 17 de novembro de 1996, reuniram-se Chefes de Estado e de Governo de cerca de 180 países e representantes de Organizações Não-Governamentais para discutir as grandes questões da produção mundial de alimentos e o que fazer para alimentar os novos contingentes populacionais. Na ocasião, dois documentos foram elaborados-“Declaração de Roma sobre Segurança Alimentar Mundial” e “Plano de Ação da Cúpula Mundial da Alimentação”, onde os signatários se comprometeram a reduzir o contingente de famintos (800 milhões, na época) para

a metade, até 2015, e implementar políticas para erradicar a pobreza e a desigualdade, e melhorar o acesso físico e econômico de todas as pessoas, a todo tempo, a uma quantidade suficiente de alimentos nutricionalmente adequados e seguros, e sua efetiva utilização.

Um parâmetro essencial da segurança alimentar é o do consumo de alimentos que satisfaçam as necessidades básicas da população, pois através de sua medição é possível elaborar o perfil alimentar e nutricional do País, constituindo um sinalizador de saúde. O consumo é considerado a expressão da cultura de uma nação, da disponibilidade, sendo também um

indicador do seu poder de compra. Além disso, a partir de estudos sobre o assunto, subsidia-se a formulação de políticas de abastecimento alimentar e o planejamento de programas e projetos voltados para o atendimento de expressiva parcela que ainda não tem acesso à alimentação, na quantidade e qualidade mínimas recomendadas pelos organismos internacionais.

Nos últimos dez anos, a economia brasileira vem passando por profundas transformações, como o processo de abertura comercial, a privatização das empresas estatais do setor produtivo e a estabilização da economia, entre outras, que aumentaram de forma significativa o grau de concorrência do mercado, tanto interna como externamente, obrigando as empresas a perseguir padrões de eficiência e competitividade que antes eram explorados pelos setores mais integrados ao comércio internacional.

A urbanização, o avanço da expectativa de vida das pessoas, a participação da mulher no mercado de trabalho, que exigiu uma nova tecnologia de automação de residência (forno de microondas, freezers, alimentos prontos congelados etc.), as mudanças na estrutura familiar, com tendência ao declínio do número de pessoas por

(1) Técnica de Planejamento da Conab.

domicílio, as crescentes demandas por produtos livres de gorduras, de açúcar, lights, dietéticos, a valorização do alimento natural, o aumento de consumo fora da residência, em restaurantes e lanchonetes, mediante tíquetes de refeição-convênio etc., tudo isso contribuiu para alterar os padrões alimentares da população, e a captação dessas modificações se faz através de pesquisas de consumo alimentar.

O Brasil carece de dados atualizados sobre consumo alimentar, pois a mais recente pesquisa de âmbito nacional sobre o tema foi do Estudo Nacional sobre Despesa Familiar (ENDEF), efetuada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 1974/1975. Depois do ENDEF, o IBGE realizou as Pesquisas de Orçamentos Familiares (POFs), nos anos de 1987/1988 e 1995/1996, em populações residentes nas áreas metropolitanas brasileiras: Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba, Porto Alegre, Belo Horizonte, Fortaleza, Recife, Salvador, Belém, Brasília e Goiânia. Nessas áreas urbanas encontra-se 30% do total população brasileira, ou 38% daquelas moradoras no perímetro urbano. Entre os itens de despesas da POF está a Alimentação, e uma vertente é o consumo de alimentos.

A presente matéria tem por finalidade analisar o consumo domiciliar de alimentos na média das áreas metropolitanas do Brasil, as disparidades regionais existentes e as alterações observadas nos hábitos alimentares, comparando os resultados da POF 87/88 com os de 95/96. Inicialmente, é feita uma análise da situação sócio-econômica do País, abordando os dois períodos da realização das POFs. Em seguida, são apresentados os aspectos metodológicos das pesquisas, vindo, posteriormente, a análise dos dados, a conclusão e os cenários futuros do setor alimentar.

2-Situação Sócio-Econômica do País

Na época da realização da POF 87/88 estava em vigor o Plano de Estabilização da Economia (Plano

Cruzado), que se caracterizou por ser mais de controle do que de estabilização de preços, quando o consumidor antecipava compras e formava estoques, temendo futuras elevações. O período da POF 95/96 coincidiu com o Plano Real, que se baseou na estabilização dos preços e na queda da inflação, sem formação de estoques.

Entre as duas pesquisas, o Brasil sofreu mudanças econômicas significativas: desde um amplo processo de abertura comercial até um plano de estabilização de preços. No final de 87, a população brasileira⁽²⁾ era de 137,3 milhões de habitantes, e, em 1996, atingiu 160 milhões, dos quais cerca de 70% residiam em áreas urbanas. A inflação média, em 1987, girava em torno de 15% ao mês, após o fracasso do Plano Cruzado, enquanto, em 1996, ela caiu para menos de 1% ao mês, com a consolidação do Plano Real. O PIB per capita, a preços de 1997, cresceu, no período considerado (1987 a 1996), 3%,⁽³⁾ e a renda média mensal per capita, em 87/88, era de 3,64 salários-mínimos (SM), e subiu para 3,81 SM, em 95/96⁽⁴⁾.

Na época da realização das duas POFs, a concentração de renda, para o total das áreas metropolitanas, medida pelo índice de Gini, elevou-se: em 1987, era de 0,560 e, em 1996, atingiu 0,572. Tal índice varia de 0 a 1 e sinaliza maior desigualdade de renda quanto mais próximo de 1, e menor desigualdade, quanto mais perto de zero. Outro dado relevante é que a participação dos pobres, na renda caiu e a dos ricos aumentou, pois, em 87/88, os 10% mais pobres detinham 1,12% da renda, nas 11 áreas metropolitanas pesquisadas; em 95/96, a participação foi reduzida para 0,98%. Já os 10% mais ricos detinham 41,91% da renda em 87/88, passando para 42,36% em 95/96.

No Plano Real, o mercado de trabalho sofreu alterações significativas, como resultado do processo de globalização e da abertura da economia brasileira, com acentuada tendência de elevação nas taxas de desemprego nas áreas metropolitanas, onde a capacidade

de absorção de mão-de-obra no setor industrial, historicamente grande empregador, diminuiu consideravelmente, inclusive com redução do número de postos de trabalho, para os indivíduos com menor nível de escolaridade.⁽⁵⁾ Por outro lado, a estabilidade afetou o mercado financeiro, expandindo o mercado de crédito, e a compra a prazo foi estimulada pelas quedas das taxas de juros e pela ampliação do poder aquisitivo do consumidor, fato que pode contemplar comprometimento de renda a longo prazo, mudanças nos hábitos de consumo, na composição demográfica das famílias e queda nos preços na maioria dos grupos de produtos.

Essas mudanças na economia, nos dois períodos das pesquisas, podem ter afetado a estrutura de dispêndios com consumo das famílias, tendo havido queda nas despesas com alimentação, transporte e vestuário, e aumento de gastos com habitação, saúde e cuidados pessoais, e educação e lazer, em 95/96, quando comparado com 87/88 (Quadro 1).

Quadro 1
DISTRIBUIÇÃO DA DESPESA
MÉDIA DE CONSUMO MENSAL
FAMILIAR NAS ÁREAS
METROPOLITANAS
1987/88 E 1995/96 (em %)

Grupos de Despesas	1987/88	1995/96
Alimentação	25,35	23,04
Habitação	21,27	29,19
Vestuário	12,92	6,62
Transporte	14,96	13,66
Saúde e Cuidados Pessoais	9,10	11,08
Educação e Lazer	7,93	8,43
Outras Despesas	8,47	7,98

Fonte: IBGE/POF

(2) IBGE – Anuário Estatístico do Brasil – 1998

(3) Boletim do Bacen, maio de 1998

(4) Castro, Paulo Furtado e Magalhães, Luis Carlos G. – Recebimento e Dispêndio das Famílias Brasileiras: Evidências Recentes da POF – 1995/96, IPEA, dez/98

(5) Rocha, Sonia – Pobreza e Desigualdade no Brasil: O esgotamento dos efeitos distributivos do Plano Real – IPEA, abril/2000

O consumo alimentar constituía a categoria de maior participação na despesa das famílias, em 87/88; porém, as despesas com habitação suplantaram as de alimentação, na pesquisa de 95/96. A situação se alterou substancialmente, quando se compara o peso da alimentação fora do domicílio nos gastos das famílias, que era de 8,10%, em 1987/88, e subiu para 13,05%, em 1995/96, refletindo a mudança de comportamento do consumidor.

O Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (DIEESE) realizou uma POF em São Paulo, tendo constatado, em 94/95, que se gastou menos com alimentação e moradia, e mais com saúde e educação. A pesquisa apontou que os gastos para comer em casa diminuíram, na média das famílias paulistanas, ao mesmo tempo em que a fatia do orçamento, empregada com refeições fora de casa, aumentou.

A Fundação Getúlio Vargas (FGV) também divulgou os dados de sua POF referente a 1997/98, nas áreas metropolitanas do Rio de Janeiro e de São Paulo, que, comparados com os da mesma pesquisa em 1992/93, demonstraram que: as famílias estão gastando mais com habitação do que com alimentação, pois o peso do grupo de alimentação caiu de 31,7 %, em 1992/93, para 26,4 %, em 1997/98, enquanto a habitação passou de 24,2 % para 31,1%, no mesmo período. Segundo a FGV, os alimentos subiram (1.573%), abaixo da inflação do período, medido pelo Índice de Preços ao Consumidor – Brasil (IPC-BR), que foi de 1.944,5%. Nessa pesquisa, vários itens novos foram incluídos no cálculo do IPC, pois refletiram o acesso de bens de consumo permitidos pelos primeiros anos do Plano Real, como a comida pronta e semipronta congelada.

A Fundação de Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE), de São Paulo, mediu o orçamento doméstico dos paulistanos com renda até 20 (vinte)

salários-mínimos, através de uma POF, no período de maio/98 a junho/99, e constatou que houve mudanças de

alimentação, para se gastar com outros dispêndios.

Quadro 2
CUSTO DA CESTA BÁSICA X SALÁRIO-MÍNIMO
PLANOS CRUZADO E REAL

Áreas Metropolitanas	Plano Cruzado Custo da Cesta (1) Cz\$ 1,00	% do Salário- Mínimo	Plano Real Custo da Cesta (1) R\$ 1,00	% do Salário Mínimo
Belém	2.150,20	81	81,10	72
Fortaleza	1.977,26	75	66,73	60
Recife	1.769,25	67	75,78	68
Salvador	2.118,11	80	73,68	66
B. Horizonte	2.172,01	82	85,91	77
R. Janeiro	2.066,70	96	84,21	75
São Paulo	2.244,84	85	96,94	87
Curitiba	2.360,12	104	93,27	83
Porto Alegre	2.359,13	89	88,36	79
Brasília	2.175,89	82	83,61	75

Fonte: DIEESE

Obs. A data referencial para o valor da cesta e o salário-mínimo nos Planos Cruzado e Real, foram os meses de outubro/87 e setembro/96, quando o salário-mínimo vigente era Cz\$ 2.640,00 e R\$ 112,00, respectivamente

hábitos de consumo, quando o item alimentação cedeu a liderança para habitação, pois em 90/91, do total de gastos, 30,8% eram com alimentação, e hoje essa participação caiu para 22,7%, enquanto, nesse período, os gastos com habitação subiram de 26,5% para 32,7%. De acordo com os pesquisadores da FIPE, os alimentos perderam pressão, porque houve queda no preço relativo dos produtos que subiram abaixo da inflação no Plano Real.

A pesquisadora Sonia Rocha⁽⁶⁾, ao analisar as transformações da estrutura de consumo das famílias, nas áreas metropolitanas de São Paulo e Recife, já havia detectado algumas tendências no sentido de redução de dispêndios com alimentação, tendo concluído que essa queda era em função do aumento da renda per capita, da modificação dos hábitos alimentares e da preferência dos consumidores, associados à urbanização, à existência do efeito demonstração e à semelhança de padrões de consumo, independentemente de sua localização. A própria Curva de Engel⁽⁷⁾, poderia ser uma possível justificativa para isso, na medida em que uma dada elevação do nível de renda levaria a uma redução da participação das despesas com

Outra explicação da redução do consumo alimentar pode ser atribuída à queda nos preços (efeito-preço) dos alimentos básicos, consumidos por essas famílias, como verificado no Quadro 2. Comparando o custo da cesta básica nas áreas metropolitanas, calculado pelo DIEESE, em relação ao salário-mínimo vigente na época da realização das duas POFs, observou-se que, no Plano Cruzado, o valor da cesta atingiu até 4% acima do valor do salário-mínimo, como foi verificado em Curitiba. Já no Plano Real, o salário-mínimo foi sempre superior ao custo da cesta, sendo que o máximo da relação alcançou 87%, ocorrida em São Paulo. Esta metrópole e a cidade de Recife foram as únicas que tiveram a relação custo da cesta e salário-mínimo aumentada, enquanto nas demais capitais a relação decresceu.

No Plano Real, os preços dos alimentos tiveram aumento acumulado de 37%, entre julho de 94 e dezembro de 96, abaixo dos 57% da inflação acumulada no período, medida pelo INPC.

Deve-se ter em conta, ainda, que aumentou a expectativa de vida dos brasileiros, redesenhando o perfil da

⁽⁶⁾ Rocha, Sônia – A estrutura de consumo das famílias metropolitanas em São Paulo e Recife: evidências e implicações, IPEA, agosto/95

⁽⁷⁾ Curva de Engel é uma função que relaciona o consumo de uma mercadoria ao nível de renda.

população: em 1980, ela era de 60 anos, e em 1998 subiu para 68 anos. A taxa de fecundidade está em queda, pois, na década de 50, o índice era de 6,2 filhos; no início dos anos 90 caiu para 2,9 e, em 98, ficou em torno de 2,4 filhos.

3-Aspectos Metodológicos das Pesquisas

O objetivo principal da realização das POFs para o IBGE foi o da atualização periódica da cesta de bens e serviços, cujos pesos são acompanhados através dos índices de preços ao consumidor, que compõem o Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor (SNIPC). É através das POFs que se torna possível mensurar, a partir de amostras representativas da população-objetivo, as condições de vida das famílias, por intermédio da análise da estrutura dos orçamentos e da composição dos gastos em alimentação, habitação, vestuário, transporte, higiene e cuidados pessoais, assistência à saúde, educação, recreação e cultura etc. A realização de cada pesquisa teve a duração de doze (12) meses de coleta de campo, em domicílios distribuídos de forma a garantir a representatividade da amostra, contemplando todas as épocas do ano, permitindo que os resultados reflitam o padrão médio anual das despesas e a variação dos gastos e recebimentos.

A POF 87/88 foi realizada de março/87 a fevereiro/88, em 13.611 domicílios nas áreas metropolitanas, e contemplou a obtenção do consumo alimentar, a partir de informações de despesas das famílias, com cada produto, e o preço médio segundo os valores equivalentes em quilos, litros e locais de compra, durante quatorze dias consecutivos. Os dados de consumo dessa POF não foram estratificados por faixas de renda, tendo sido disponibilizados apenas o total das médias das áreas metropolitanas e o consumo médio de cada uma delas.

Na POF 95/96, entretanto, o consumo foi obtido em pesquisa de campo, tendo sido entrevistados 16.014

domicílios, no período de outubro/95 a setembro/96, diariamente, durante sete dias, através da descrição detalhada de cada produto adquirido, o valor pago, a unidade de medida, o local de compra e a quantidade em gramas ou mililitros. Os resultados das quantidades do consumo alimentar da POF 95/96 foram divulgados, tanto no total das médias por área metropolitana, como estratificados por faixas de renda (em salário-mínimo).

3.1-Decisões Metodológicas

Apesar das diferentes metodologias de coleta de dados de consumo alimentar, obtidos de maneira indireta (POF 87/88) e direta (POF 95/96), os resultados podem ser comparados em termos de total das médias, per capita, das Regiões Metropolitanas (RM) e o consumo médio por RM, pois refletem a realidade do período em que as coletas foram feitas. Além disso, foram abrangidos os produtos mais consumidos pelas famílias, que, nas POFs 87/88 e 95/96, representaram respectivamente 82% e 89% das despesas alimentares.

Da listagem dos produtos alimentares das POFs fornecida pelo IBGE, foi selecionada uma cesta básica de 32 (trinta e dois) produtos, que constituem a base do cardápio alimentar das famílias e possuem representatividade no dispêndio total com alimentação. A mencionada cesta básica compõe-se dos seguintes alimentos, de acordo com a classificação: cereal: arroz; leguminosa: feijão; hortaliças: tomate, batata-inglesa e cebola; frutas: banana, laranja e maçã; farináceos: farinhas de mandioca e de trigo; fécula: fubá de milho: massa: macarrão; pães: de forma, doce e francês; biscoitos: doce e salgado; carnes: bovina (de 1ª e 2ª), suína, avícola (frango congelado e assado), lingüiça, vísceras e ovos; pescados: peixes; laticínios: leite de vaca, pasteurizado e em pó, queijo e manteiga; açúcares: cristal e refinado; oleaginosas:

óleo de soja; gorduras: margarina vegetal; bebidas: alcoólicas (cerveja), não alcoólicas (guaraná e coca-cola) e infusões (café moído e solúvel).

As quantidades consumidas em grama/dia, per capita, dos alimentos constantes das POFs 87/88 e 95/96, foram comparadas do ponto de vista nutricional, quanto aos teores calórico e protéico, tendo como fonte a Tabela de Composição Química dos Alimentos, de autoria do médico e nutrólogo Guilherme Franco⁽⁸⁾.

O cálculo das necessidades diárias de calorias e proteínas foi baseado em um estudo da CEPAL⁽⁹⁾, e utilizou as recomendações internacionais vigentes a partir da Reunião Consultiva Conjunta FAO/OMS de especialistas no assunto, em Genebra, que levou em conta informações de tabulações especiais contidas na PNAD-93 sobre a estrutura demográfica do Brasil, o peso, a idade e a atividade da população nas diferentes regiões e áreas urbanas e rurais do País. Em média, os requerimentos nutricionais, nas áreas urbanas, foram estimados em 2.265 quilocalorias e 40 gramas de proteína, por pessoa/dia.

4-Análise dos Dados

Na análise do consumo domiciliar de alimentos, foram verificadas significativas alterações no período compreendido entre as duas pesquisas (1987/88 e 1995/96). Em termos médios, no total das Regiões Metropolitanas (RM), destacou-se o crescimento acentuado do consumo de biscoito, carne bovina, frango, leite em pó, cerveja, refrigerante, maçã e lingüiça, e diminuição de consumo de muitos produtos, notadamente arroz, feijão, farinhas de mandioca e trigo, pão, pescados, ovos, leite de vaca e

⁽⁸⁾ Franco, Guilherme - Tabela de Composição Química de Alimentos. 9ª edição. Editora Atheneu, 1998.

⁽⁹⁾ CEPAL - "Medición de la Pobreza en Brasil: una estimación de las necesidades de energía y proteínas de la población", publicado em dezembro/96.

pasteurizado, açúcar, óleo de soja e café. Da análise por grupos de produto, e ao nível de RM pesquisada, per capita/ano, alguns resultados devem ser destacados:

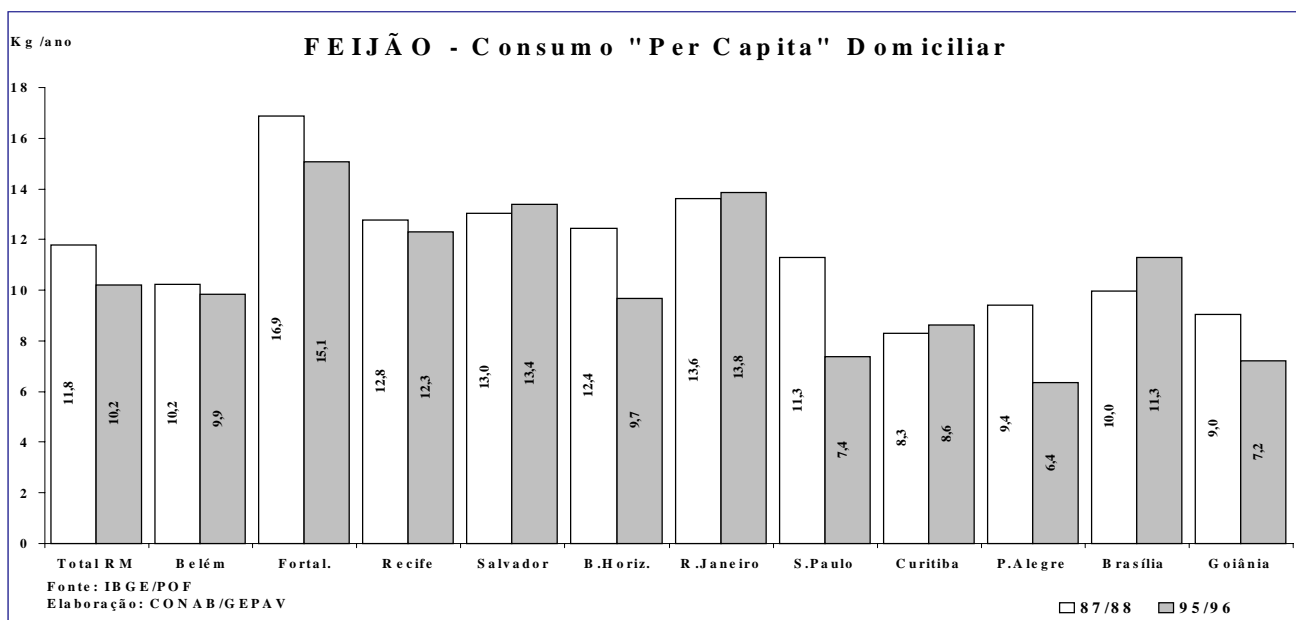
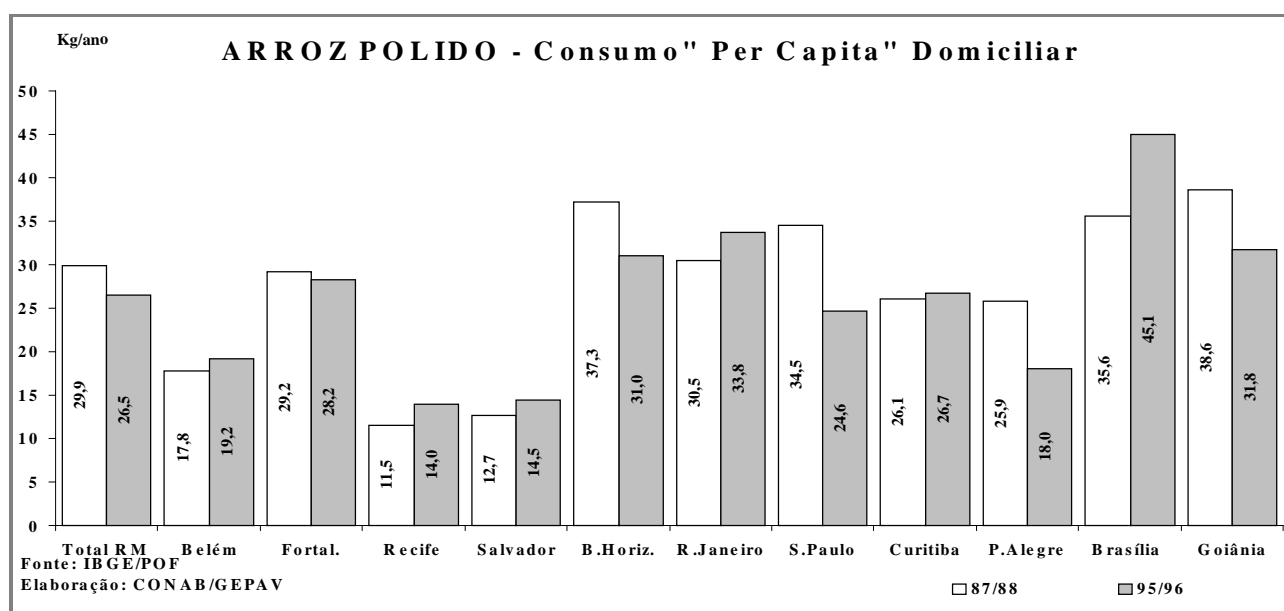
CEREAL: com exceção de Fortaleza, o arroz teve pequenos crescimentos de consumo, nas metrópoles do Nordeste, em Belém, no Rio de Janeiro e em Curitiba. Em Brasília, o percentual de aumento de consumo atingiu 27%, pois passou de 35,6 para 45,1 kg per capita/

ano, sendo esta, por conseguinte, a RM que mais consumiu o produto, nos períodos sob análise. Por outro lado, quedas significativas foram verificadas, principalmente em Porto Alegre e São Paulo. Ressalte-se que o quantitativo consumido variou muito: de 14,0, em Salvador, para 45,1 kg, em Brasília.

LEGUMINOSA: o feijão praticamente teve seu consumo diminuído em todas as áreas em estudo, e naquelas que registraram acréscimo, ele foi em pequena quantidade (Salvador, Rio de

Janeiro, Curitiba e Brasília). Os maiores consumidores do alimento foram as populações das RMs do Nordeste, especialmente Fortaleza (15,1 kg em 95/96), seguida do Rio de Janeiro (13,8 kg). Em São Paulo e Porto Alegre, registraram-se as maiores quedas de consumo, respectivamente de 11,3 para 7,4 kg e de 9,4 para 6,4 kg, .

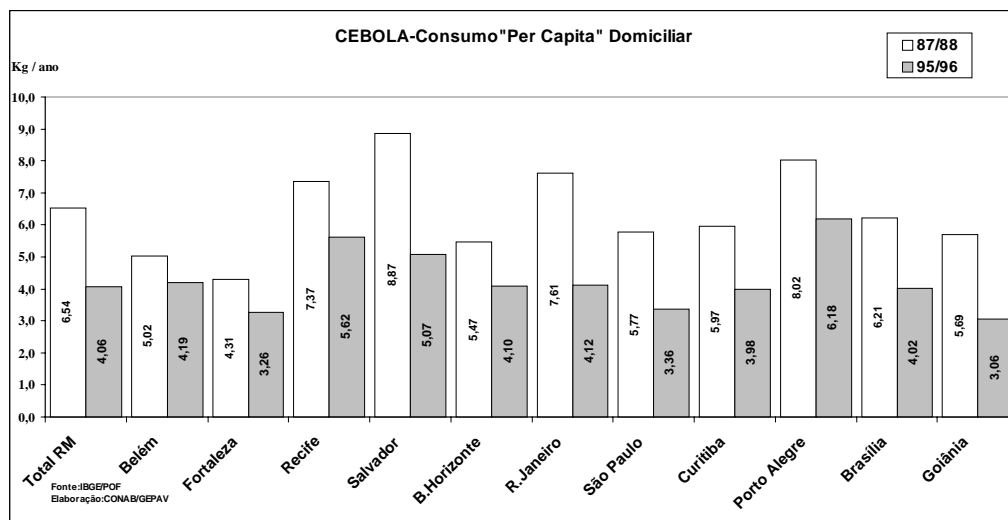
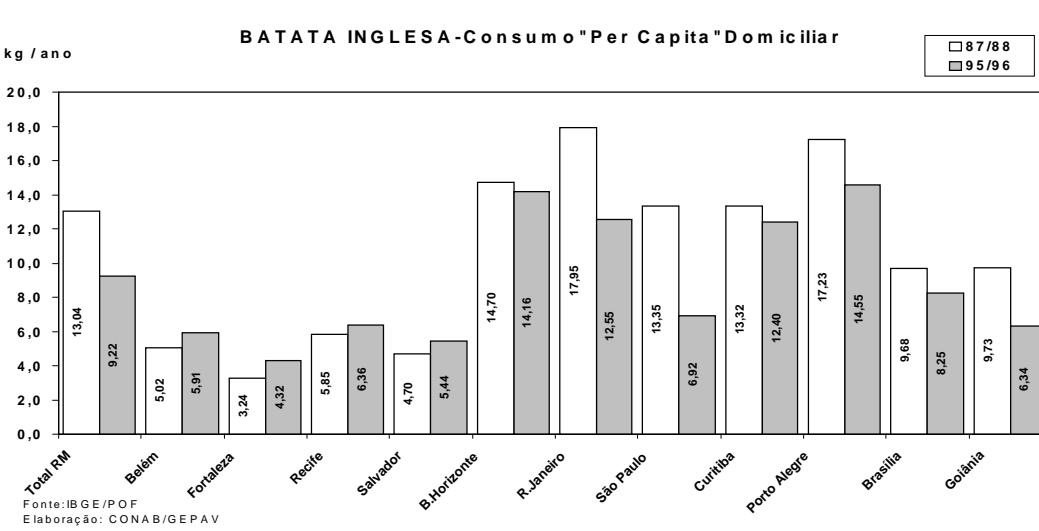
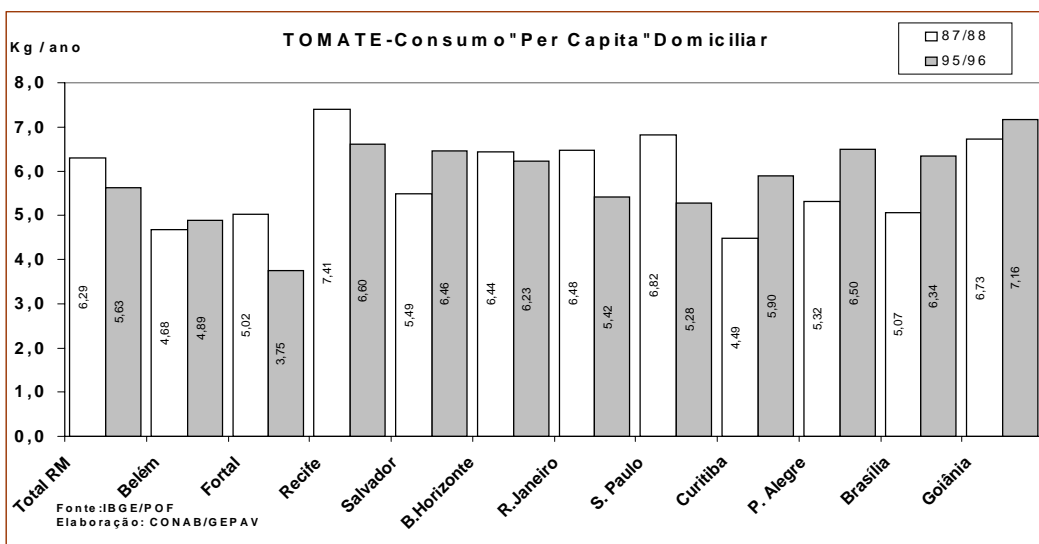
HORTALIÇAS: o consumo de tomate aumentou em Curitiba, Brasília, Porto Alegre, Salvador, Goiânia e Belém, tendo



sendo observada uma pequena variação de consumo, de 4,9 a 7,2 kg, em 95/96, entre as RMs sob análise. Quanto à

batata-inglesa, ela só obteve acréscimo nas RMs do Norte e Nordeste, onde o consumo variou de 4,3 a 6,4 kg, em 95/

96, nas do Centro-Oeste, de 6,3 a 8,3 kg, nas do Sul e Sudeste, de 12,4 a 14,6 kg, com exceção de São Paulo, que atingiu

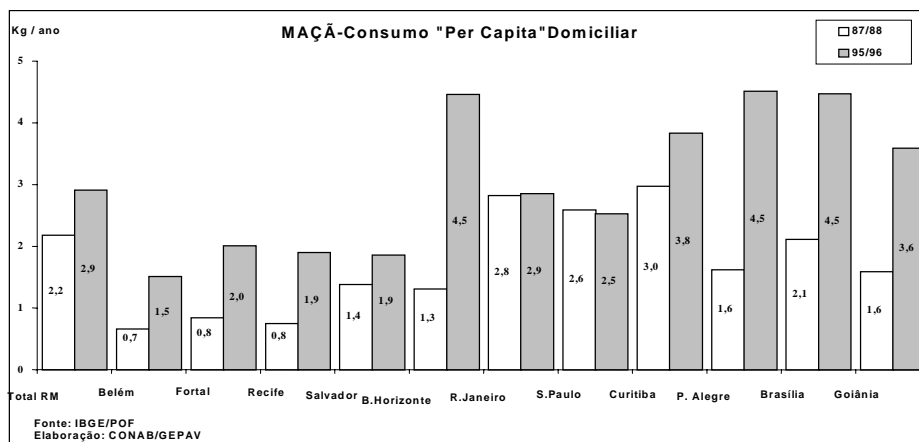
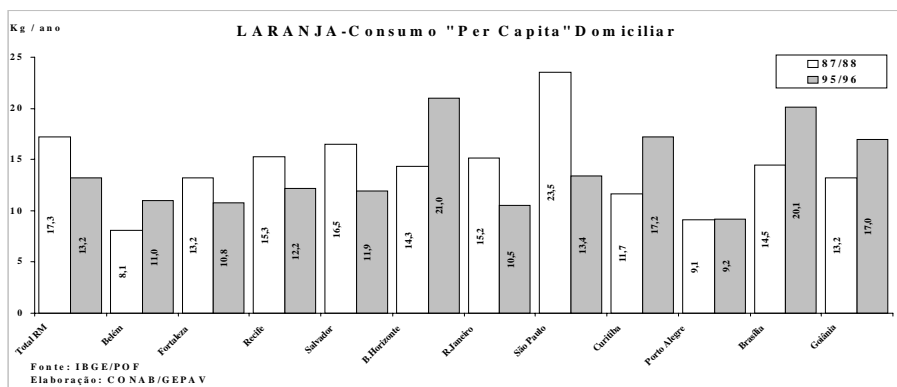
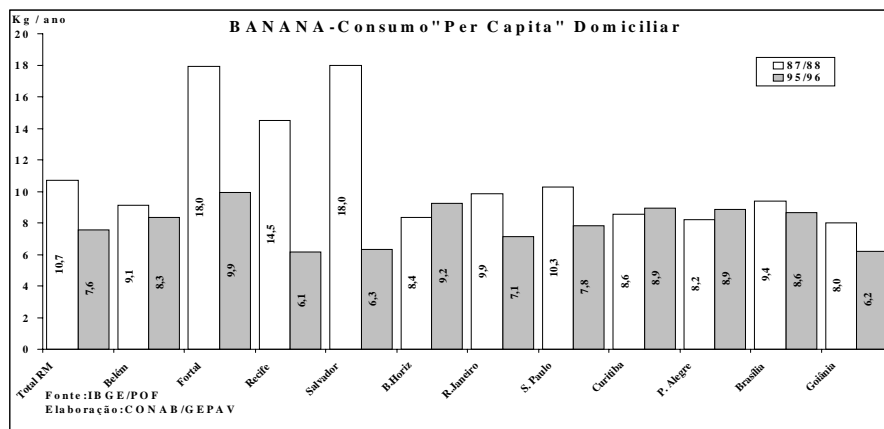


6,9 kg. A queda de consumo do produto foi mais intensa no eixo São Paulo - Rio de Janeiro. No caso da cebola, não foi constatado nenhum aumento de consumo nas RMs estudadas.

FRUTAS: a banana obteve pequenos acréscimos de consumo em Belo Horizonte, Curitiba e Porto Alegre. Contudo, nos dois períodos das pesquisas, as maiores quedas foram detectadas nas RMs do Nordeste: Salvador (de 18,0 para 6,3 kg), Fortaleza (de 18,0 para 9,9 kg) e Recife (de 14,5 para 6,1 kg). Em Porto Alegre, o consumo permaneceu o mesmo (9,2 kg)

para 6,1 kg). Nas outras RMs, não houve quedas acentuadas, o que basicamente nivelou o consumo do produto entre 6,2 e 9,2 kg. Quanto à laranja, ficou evidenciado que o consumo aumentou significativamente em Belo Horizonte (de 14,3 para 21,0 kg) e Brasília (de 14,5 para 20,1 kg), sendo em menor proporção em Curitiba (de 11,7 para 17,2 kg), Goiânia (de 13,2 para 17,0 kg) e Belém (de 8,1 para 11,0 kg). Em Porto Alegre, o consumo permaneceu o mesmo (9,2 kg)

e nas outras RMs foram constatadas quedas, porém mais significativas em São Paulo (de 23,5 para 13,4 kg). No que diz respeito à maçã, somente São Paulo e Rio de Janeiro não registraram aumento de consumo, que permaneceu praticamente na mesma quantidade consumida nas duas épocas de realização das POFs (2,6 e 2,9 kg, respectivamente). Os aumentos acentuados ocorreram em Belo Horizonte (de 1,3 para 4,5 kg), Porto

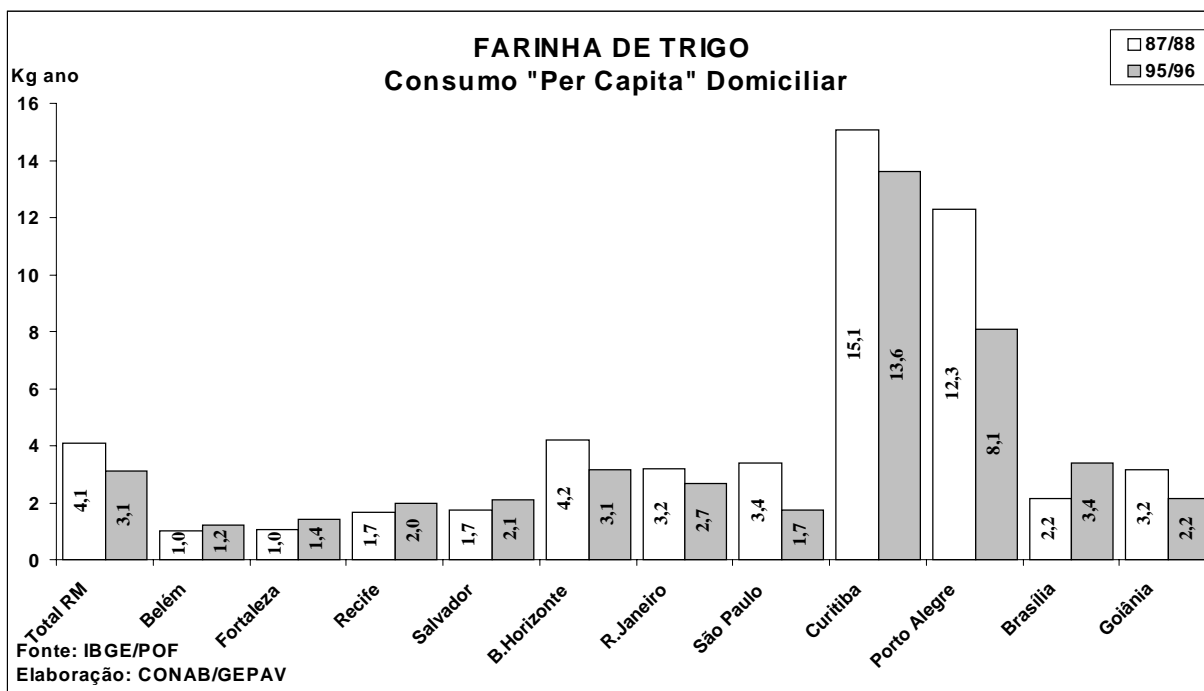
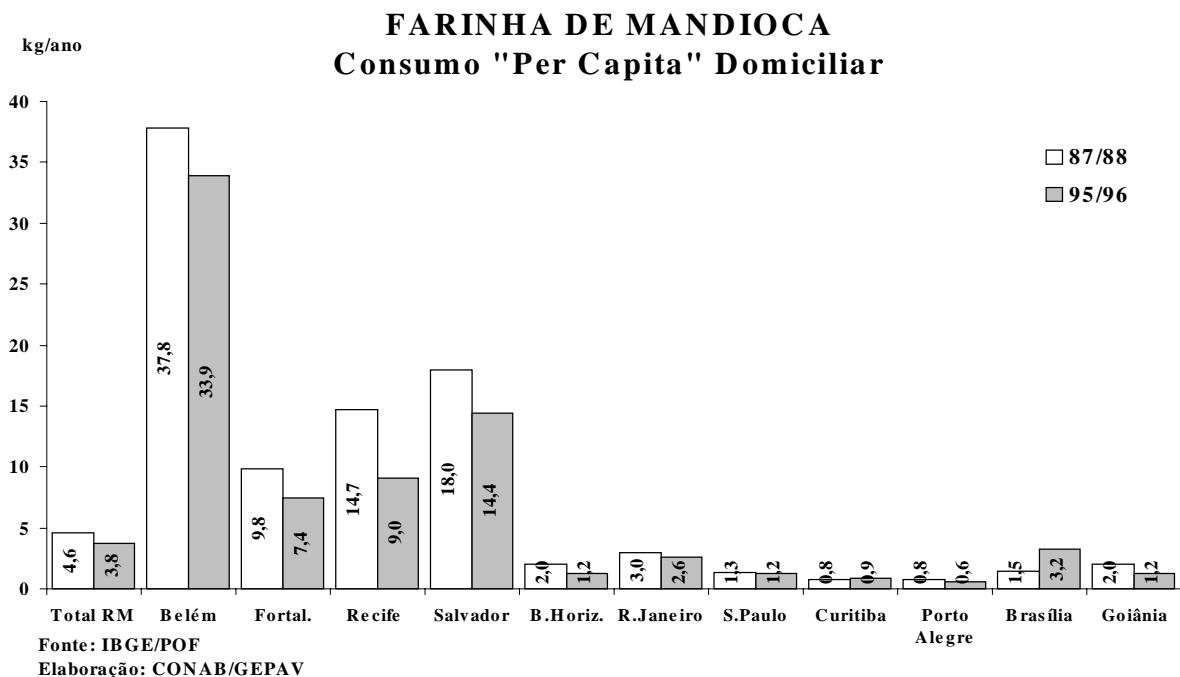


Alegre (de 1,6 para 4,5 kg), Brasília (de 2,1 para 4,5 kg), Goiânia (de 1,6 para 3,6 kg). Nas RMs do Norte e Nordeste também houve aumento de consumo da fruta, porém bem menor (variou de 1,5 a 2,0 kg) do que o registrado nas do

Centro-Sul.

FARINÁCEOS: a maior consumidora de farinha de mandioca foi a RM de Belém, que, em 95/96, atingiu 33,9 kg, seguida de Salvador (14,4 kg), Recife (9,0 kg) e

Fortaleza (7,4 kg). As demais RMs chegaram a consumir 3,2 kg. Este produto teve redução de consumo em todas as metrópoles pesquisadas, com exceção de Brasília, que passou de 1,50 kg para 3,2 kg. Nas áreas de maior



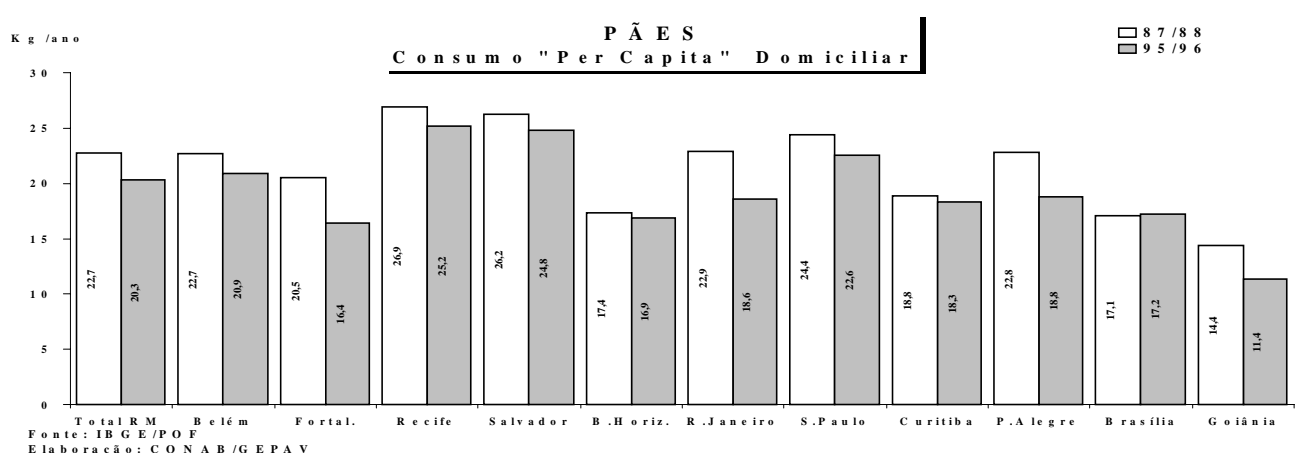
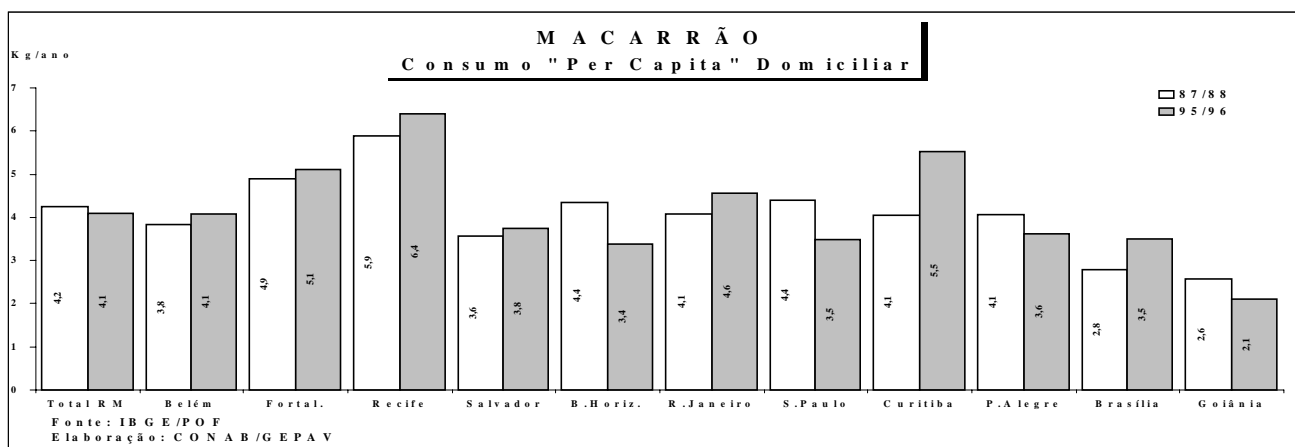
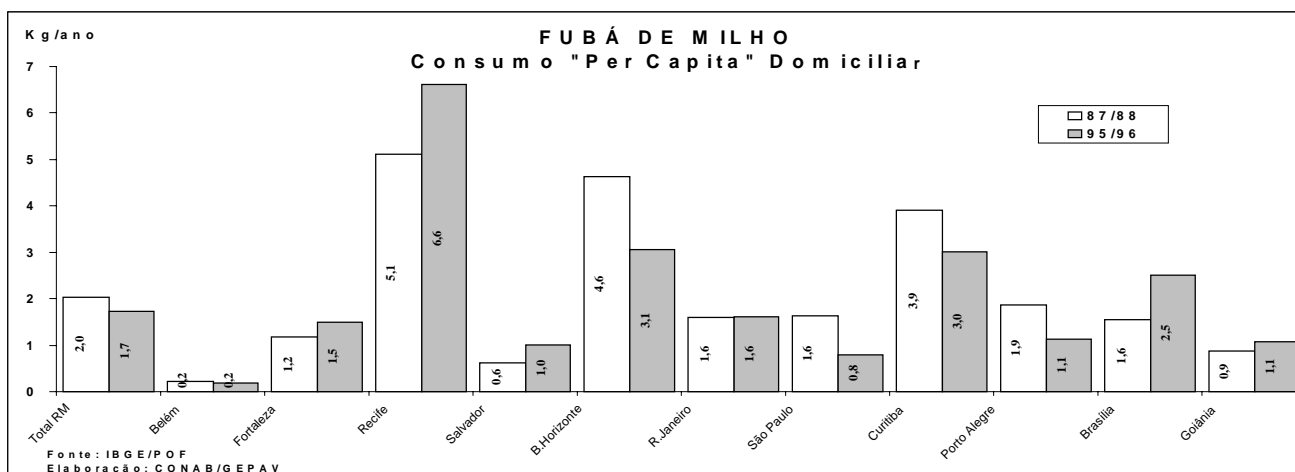
consumo, a redução foi mais significativa. Quanto à farinha de trigo, observou-se que as RMs do Sul foram as que mais consumiram o produto, que, em 95/96, atingiu 13,6 kg e 8,1 kg, respectivamente em Curitiba e Porto Alegre. Nas outras áreas pesquisadas, o consumo atingiu até 3,4 kg no período pesquisado. Houve pequenos aumentos de consumo do alimento nas RMs do

Norte e Nordeste e em Brasília.

FÉCULAS: em Recife, foi registrado o maior consumo de fubá de milho, com acréscimos significativos, passando de 5,1 kg para 6,6 kg nos anos pesquisados. As RMs de Belo Horizonte e Curitiba, apesar de serem grandes consumidoras de fubá, apresentaram queda de consumo, tendo sido

detectado de 4,6 kg e 3,9 kg, respectivamente, em 87/88, para o quantitativo de 3,1 kg do fubá, para as duas metrópoles, em 95/96. Em outras cidades, como Fortaleza, Salvador, Brasília e Goiânia, houve aumentos de consumo.

MASSAS: foram registradas quedas



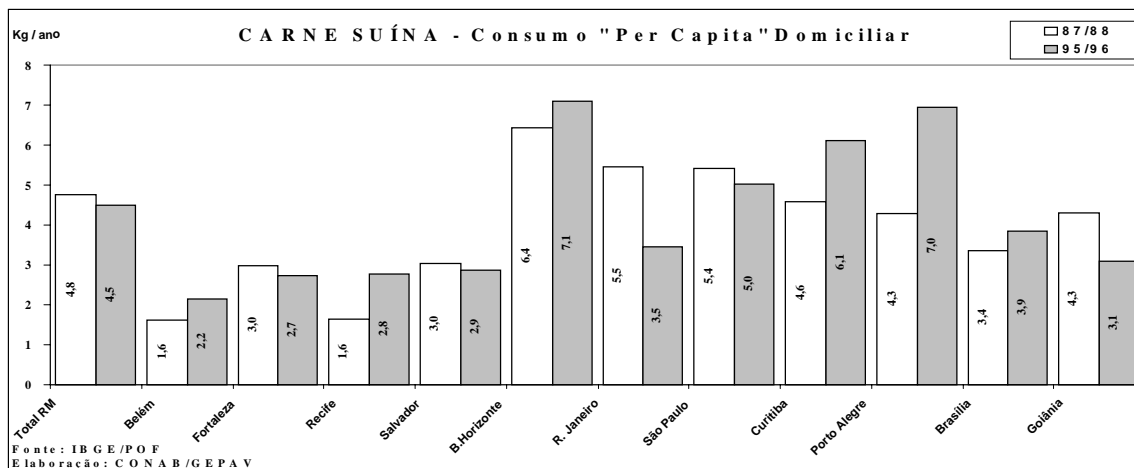
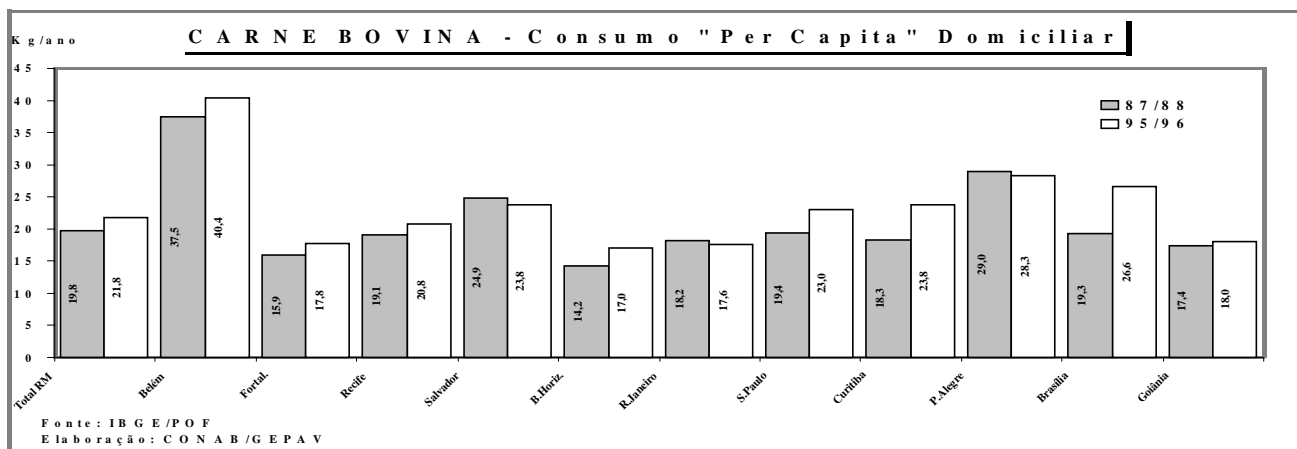
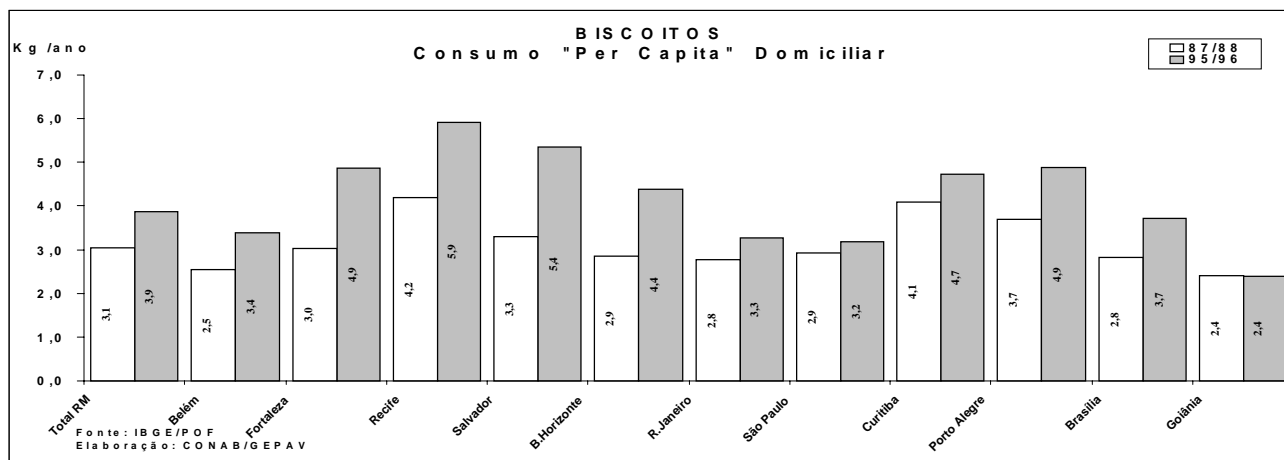
de consumo de macarrão em Belo Horizonte, São Paulo, Porto Alegre e Goiânia. Tanto os aumentos quanto as reduções do produto variaram entre 1,0 kg a 1,5 kg. Os maiores consumidores do produto foram Recife e Curitiba.

PÃES: em todas as RMs caiu o consumo dos produtos panificados, como pão de

forma, pão doce e francês, com exceção de Brasília, que permaneceu com o mesmo quantitativo (17,2 kg).

BISCOITOS (DOCE E SALGADO): registrou-se crescimento significativo em todas as RMs, menos Goiânia, que permaneceu com o mesmo consumo (2,4 kg).

CARNE BOVINA: constatou-se aumento de 10 % no consumo, na média das RMs, porém em Salvador, no Rio de Janeiro e em Porto Alegre teve decréscimo. O maior consumidor do produto foi Belém, que, em 95/96, atingiu 40,4 kg, enquanto nas outras cidades o consumo de carne bovina variou de 17,0 kg a 28,3 kg. Brasília obteve o maior incremento de consumo, que de 19,3 kg



subiu para 26,6 kg.

CARNE SUÍNA- as maiores consumidoras, em 95/96, foram Belo Horizonte e Porto Alegre (7,1 kg), seguidas de Curitiba (6,1 kg). Algumas RMs apresentaram redução de consumo, como Fortaleza, Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo e Goiânia.

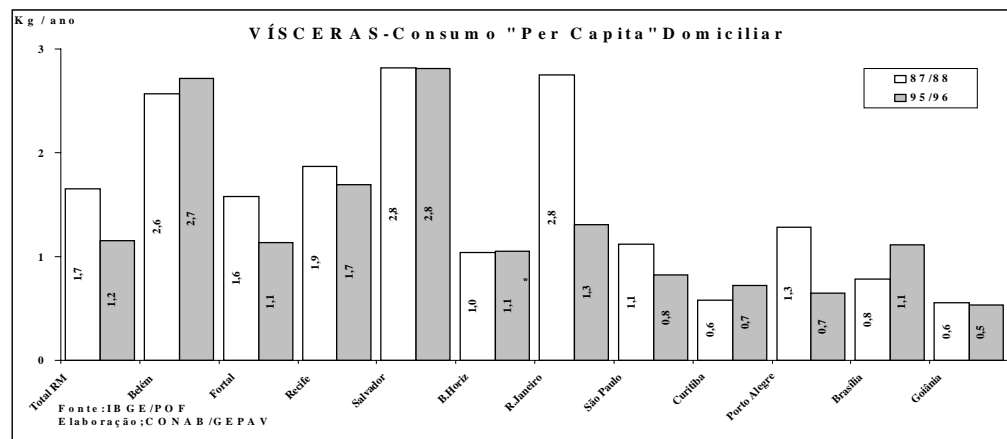
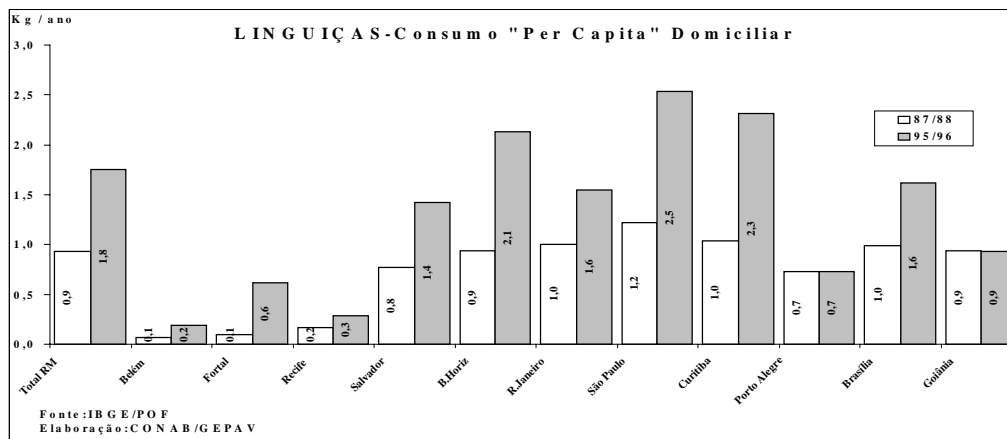
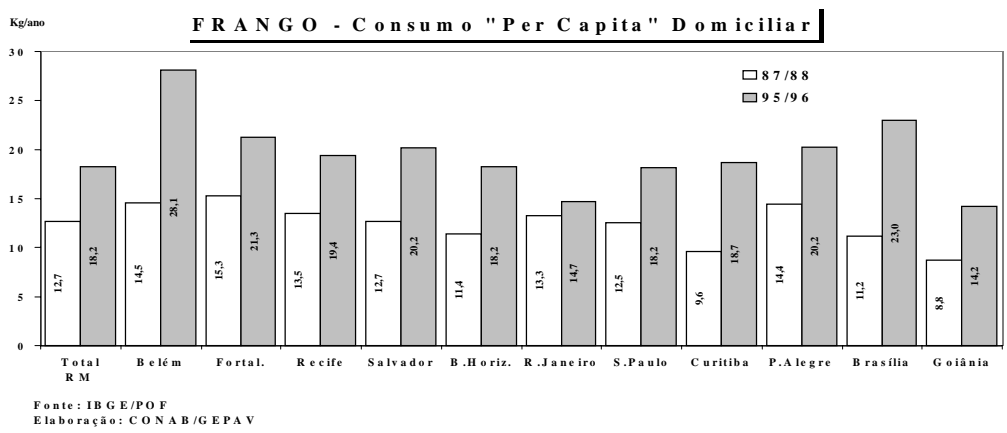
CARNE AVÍCOLA: em todas as RMs

foram detectados crescimentos significativos do consumo do frango congelado e assado (em média 44 %), sendo registrado na cidade de Belém o maior consumo do produto, em 95/96, com 28,1 kg, seguida de Brasília, com 23,0 kg.

LINGÜIÇA: em todas as RMs houve aumentos consideráveis de consumo de lingüiça, sendo, em 95/96, os maiores

consumidores São Paulo (2,5 kg), Curitiba (2,3 kg) e Belo Horizonte (2,1 kg). Esse produto obteve maior consumo nas RMs do Sul, Sudeste e Centro-Oeste, tendo variado nas metrópoles de Belém, Fortaleza e Recife de 0,2 kg a 0,6 kg, enquanto em Salvador o consumo atingiu 1,4 kg.

VÍSCERAS: em 95/96, os maiores



consumidores do produto estavam em Salvador (2,8 kg), seguida de Belém (2,7 kg), Recife (1,7 kg), Fortaleza, Belo Horizonte e Brasília (1,1 kg). Nas outras RMs, o consumo variou de 0,5 kg a 0,8 kg. No Rio de Janeiro, houve queda considerável de consumo, de 2,8 kg para 1,3 kg. O aumento de consumo apenas foi verificado em Belém, Curitiba e Brasília.

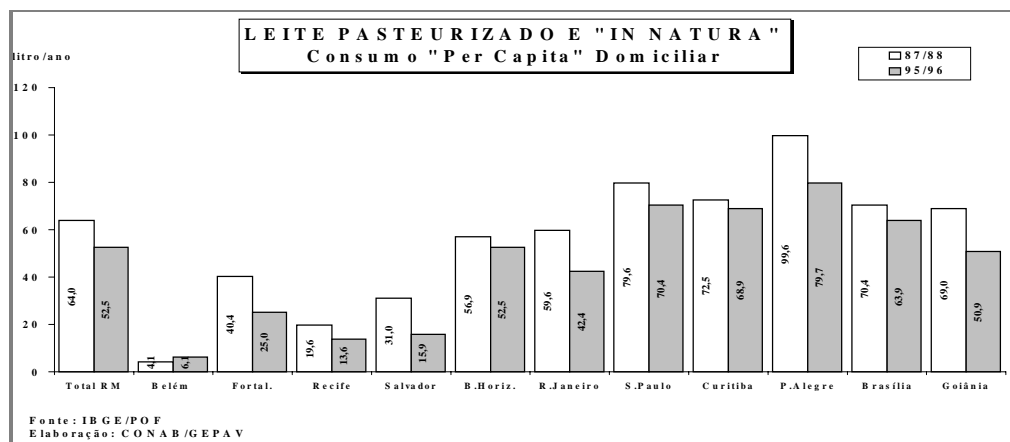
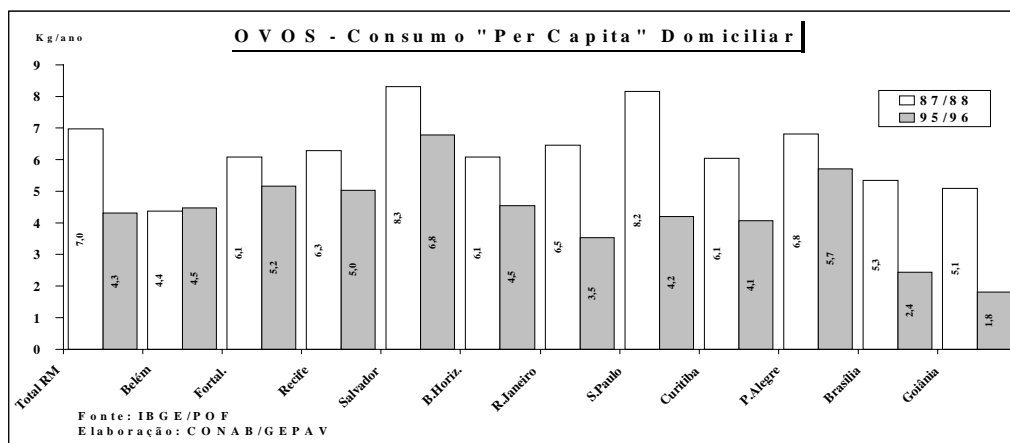
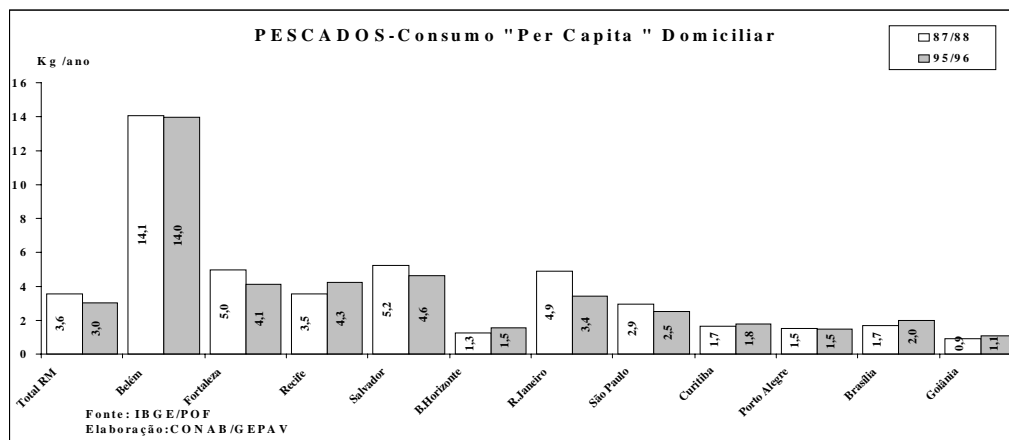
PESCADOS: Belém foi a maior

consumidora de pescados, com 14,0 kg registrados em 95/96, seguida das RMs do Nordeste, que obtiveram de 4,1 kg a 4,6 kg; Rio de Janeiro, na faixa de 3,4 kg e São Paulo, com 2,5 kg, enquanto nas outras cidades o consumo esteve abaixo desse quantitativo. Os aumentos de consumo verificados em Recife, Belo Horizonte, Curitiba, Brasília e Goiânia foram pouco representativos.

OVOS: em todas as RMs houve queda

de consumo, que ficou em torno de 38 %, na média.

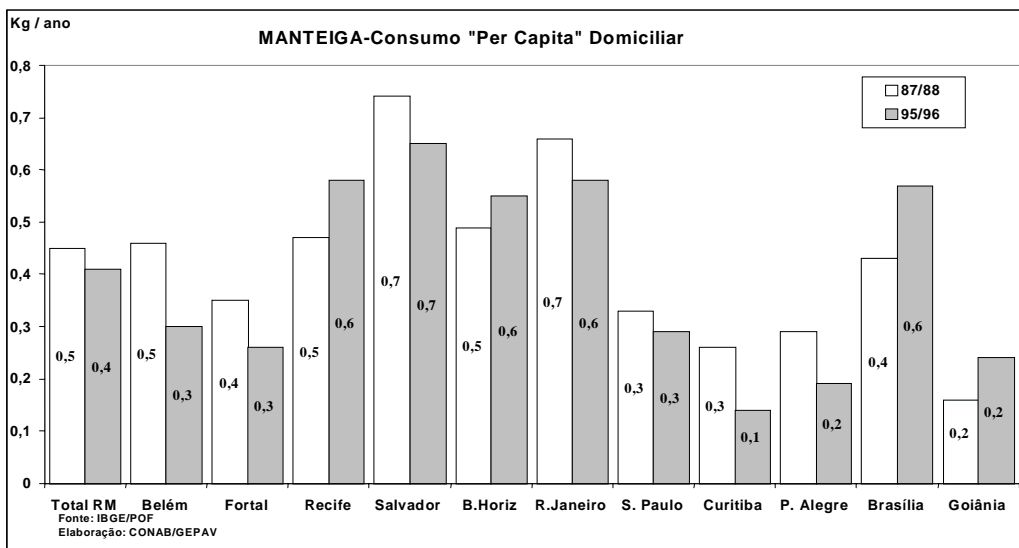
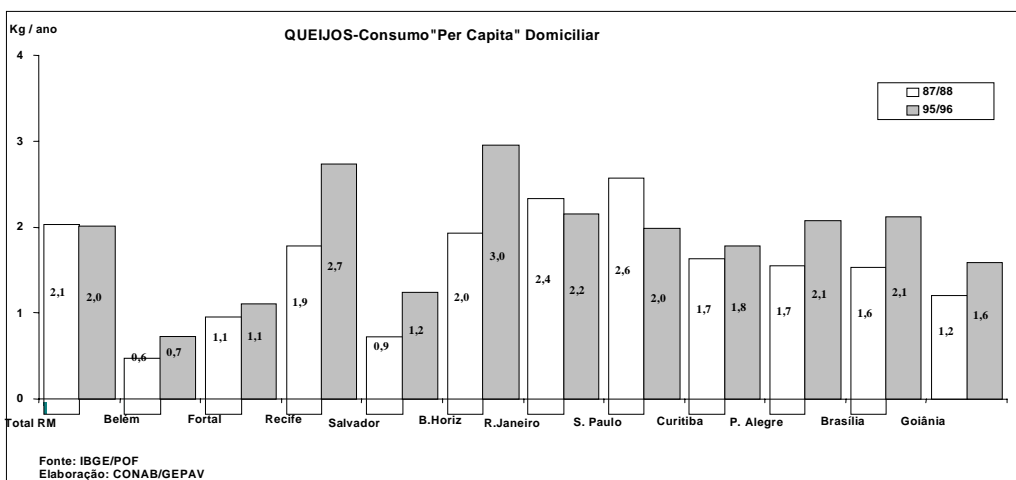
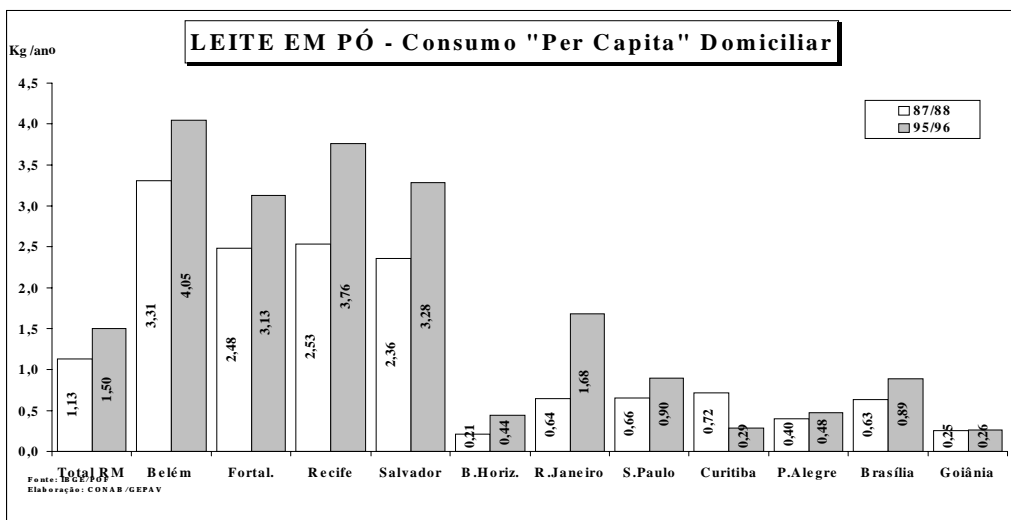
LATICÍNIOS: com exceção de Belém, em todas as RMs foram constatadas quedas de consumo do leite pasteurizado e "in natura". As RMs de maior concentração de consumo foram as do Centro Oeste, Sudeste e Sul, que, em 95/96, variaram de 42,4 litros para 79,7 litros, enquanto as do Norte e Nordeste



registraram aumento de 6,1 litros para 25 litros. No que diz respeito ao leite em pó, houve crescimento de consumo em todas as RMs pesquisadas, com exceção

de Curitiba. Ao contrário do verificado no leite pasteurizado e "in natura", as metrópoles que mais consumiram o produto foram as do Norte e Nordeste,

sendo que Belém consumiu, em 95/96, 4,1 kg; Recife, 3,8 kg; Salvador 3,3 kg e Fortaleza, 3,1 kg. O consumo de queijos teve pequena redução de 5%, em média,

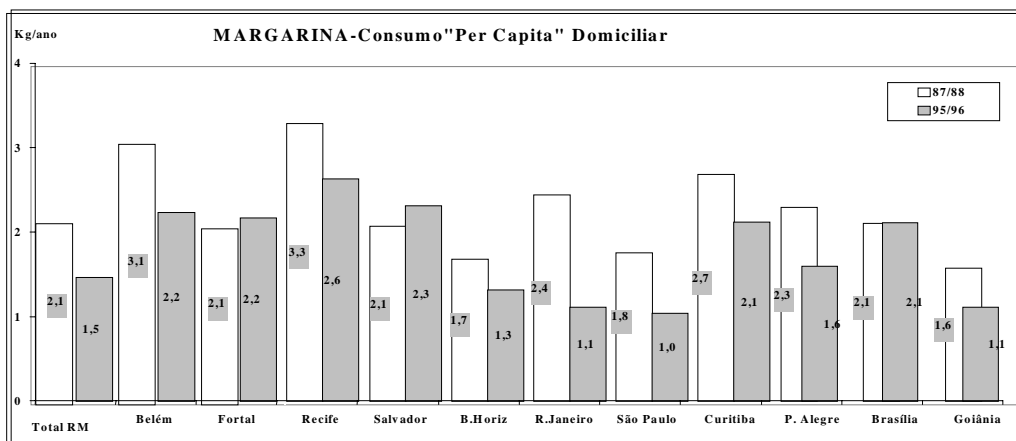
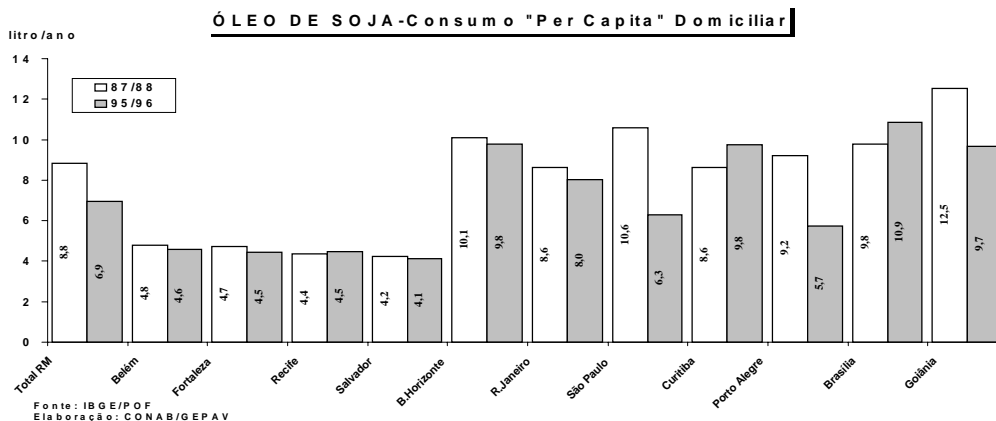
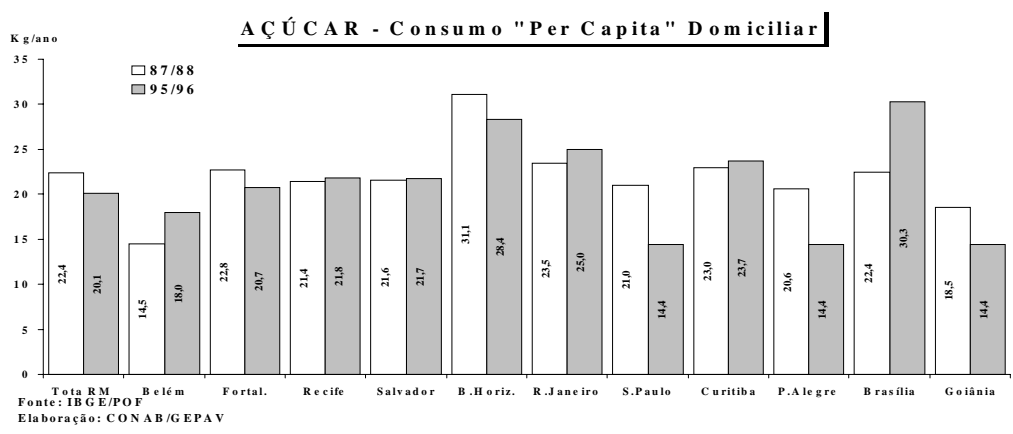


nas RMs pesquisadas, devido à queda registrada nas cidades do eixo Rio-São Paulo, sendo os maiores consumidores, em 95/96, Belo Horizonte (3,0 kg) e Recife (2,7 kg). Quanto à manteiga, cresceu o consumo em Recife, Belo Horizonte, Brasília e Goiânia, embora a quantidade anual não tenha atingido 1 quilo.

AÇÚCAR – registrou-se queda média de 10 % no consumo do produto, sendo a maior consumidora a cidade de Brasília, que, em 95/96, obteve 30,3 kg.

OLEAGINOSA: foram observadas reduções significativas de óleo de soja, nas RM pesquisadas, em média 22 %,

principalmente em São Paulo (41%), Porto Alegre (38%) e Goiânia (23%). A maior consumidora do alimento foi Brasília, que, em 95/96, atingiu 10,9 litros, seguida de Belo Horizonte, Curitiba e Goiânia, todas em torno de 9,8 litros. Nas RMs do Norte e Nordeste, o consumo variou de 4,1 a 4,5 litros.

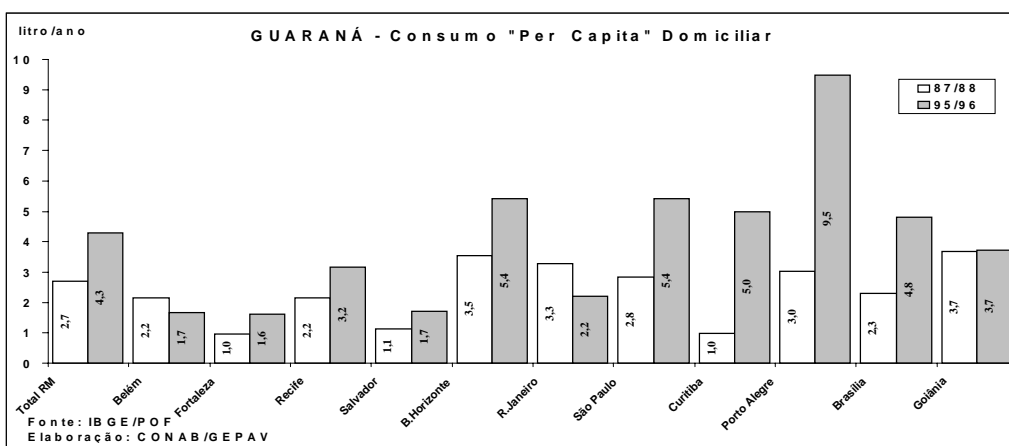
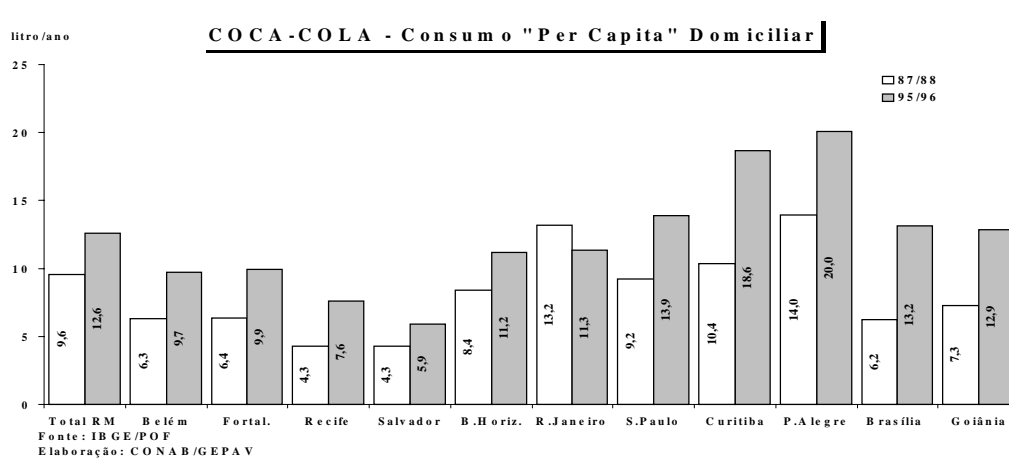
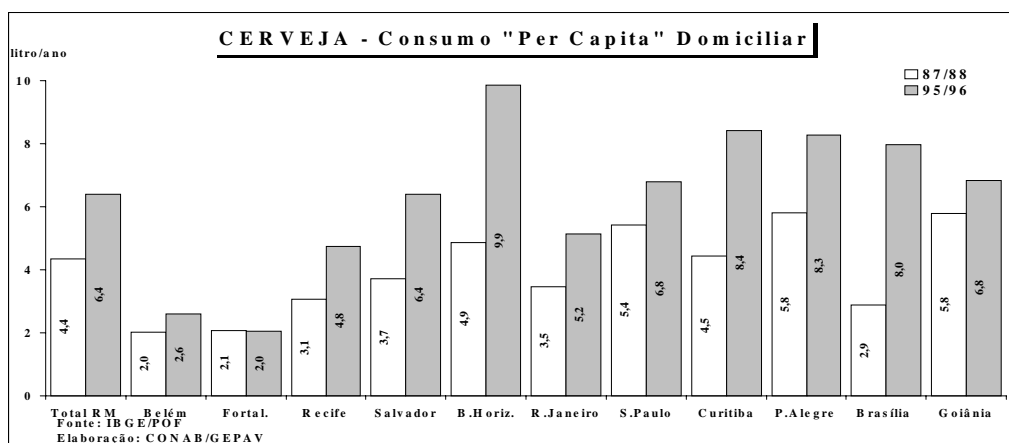


GORDURAS: houve quedas significativas no consumo da margarina vegetal (em média, 32%), que variou de 1,1 kg a 2,6 kg.

BEBIDAS: na média das RMs, este item registrou aumentos consideráveis na quantidade consumida: cerveja (47%), coca-cola (31%) e guaraná (59%). O

maior consumidor de cerveja foi a cidade de Belo Horizonte, que, em 95/96, atingiu 9,9 litros, seguida de Curitiba e Porto Alegre (8,4 litros), e Brasília (8,0 litros). Convém ressaltar que, nas metrópoles do Norte e Nordeste, o consumo dessa bebida alcoólica variou de 2,0 litros para 6,4 litros, enquanto nas outras RMs a

variação foi de 5,2 litros para quase 8,4 litros. Quanto à coca-cola, foram as cidades do Sul, Porto Alegre (20,0 litros) e Curitiba (18,6 litros), as que mais consumiram; em contrapartida, as do Norte e Nordeste tiveram menor consumo: Salvador (5,9 litros), Recife



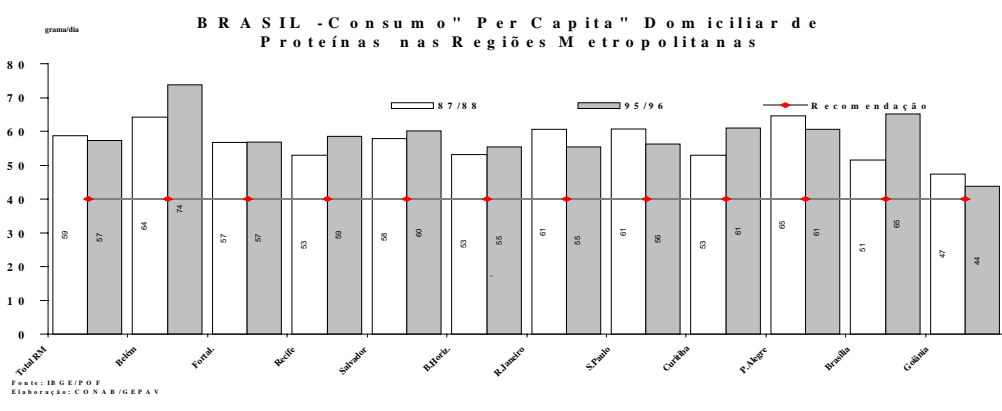
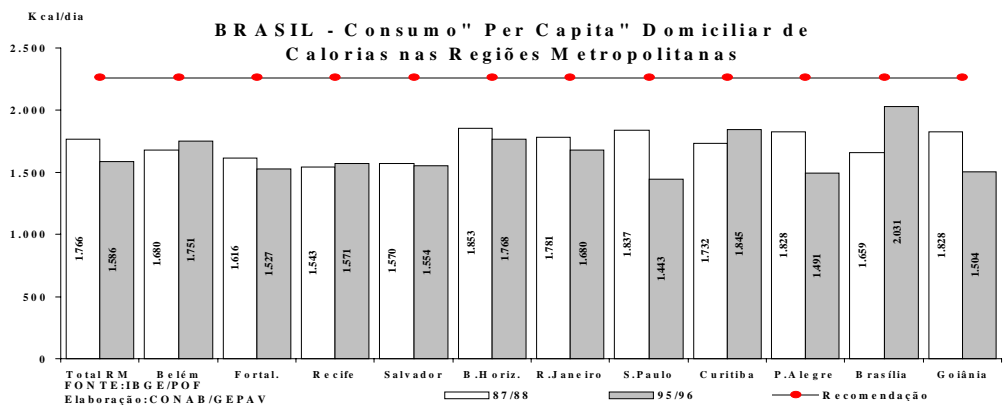
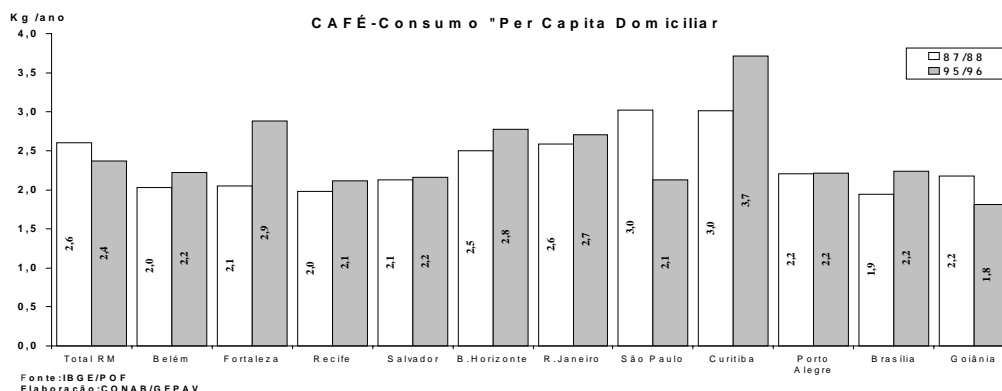
(7,6 litros), Belém (9,7 litros) e Fortaleza (9,9 litros). Porto Alegre foi a maior consumidora de guaraná (9,5 litros), entre as RMs pesquisadas; já as metrópoles do Nordeste e Norte consumiram de 1,6 litros a 3,2 litros.

O café moído e solúvel apresentou pequena redução de consumo (9%), na média das RMs, sendo a maior queda em São Paulo (30%). A pesquisa revelou que a cidade de Curitiba foi a maior

consumidora em 95/96, com 3,7 kg. Nas cidades do Norte e Nordeste, foram detectados pequenos aumentos de consumo, notadamente em Fortaleza, cujo percentual atingiu 41%.

No que diz respeito à avaliação nutricional em calorias e proteínas, houve redução do consumo calórico, em média de 10%, registrado em Fortaleza (4%), Belo Horizonte (3%), Rio de Janeiro (7%), São Paulo (20%), Porto Alegre

(14%) e Goiânia (17%). Convém assinalar que nenhuma RM atingiu as necessidades diárias, per capita, de calorias, que é de 2.265 quilocalorias, sendo que Brasília foi a que mais se aproximou dos requerimentos: 2.031 kcal. Com relação às proteínas, todas as RMs suplantaram os requerimentos protéicos, que são de 40 gramas de proteínas por pessoa/dia, sendo que Belém atingiu cerca de 74 gramas, ficando quase 100% acima do recomendado, e, portanto, a



cidade que apresentou o melhor nível protéico daquelas estudadas, seguida de Brasília.

Quanto aos alimentos preparados congelados ou resfriados, vale mencionar que houve um acréscimo considerável de 69% no consumo, na média das RMs, uma vez que ele era de 1,7 quilo per capita/ano, em 87/88, e passou para 2,88 quilos em 95/96. Porém, os dados disponibilizados pelo IBGE estavam agregados (por exemplo: massa, misturas, salgados, refeição pronta etc.), impossibilitando a conversão em calorias e proteínas.

5 - Conclusão

A redução da participação dos gastos com alimentação, na média das áreas metropolitanas, não significa necessariamente uma piora das condições nutricionais, quando comparadas as duas pesquisas, pois os preços dos alimentos da cesta básica, no Plano Real, evoluíram favoravelmente e cresceram abaixo da taxa média de inflação. Além disso, houve um aumento da disponibilidade de acesso das populações aos produtos, como consequência da queda da inflação, estimulando as vendas, pois, com a moeda estável, os preços deixaram de subir diariamente, como aconteceu há alguns anos.

A diminuição do consumo domiciliar de vários produtos é atribuída à mudança de hábitos, pois os brasileiros estão comendo mais fora de casa, acarretando a diminuição do consumo doméstico, sobretudo devido ao crescimento da participação da mulher no mercado de trabalho.

A comparação das duas pesquisas mostra que, nas metrópoles, houve modificação no consumo alimentar, no domicílio, pois os brasileiros passaram a ingerir produtos preparados e trocaram os carboidratos (arroz, farinhas, feijão etc.) por proteínas (carnes).

Outras constatações das

pesquisas foram: a substituição do pão por biscoito; o aumento do consumo de bebidas e do leite em pó; e a queda do consumo de leite “in natura” e pasteurizado, que pode ser explicada pelo consumo excepcional do produto, verificado na pesquisa de 87/88, por conta do Programa Nacional do Leite, quando as famílias carentes recebiam o tíquete e trocavam por leite.

Nenhuma Região Metropolitana atingiu as necessidades diárias, per capita, de calorias: Brasília foi a que mais se aproximou das recomendações nutricionais, entretanto, todas elas suplantaram os requerimentos protéicos, sendo que Belém, seguida de Brasília, apresentou o melhor nível.

Belém e Brasília são as cidades com melhor nível nutricional entre as pesquisadas, pois a primeira é responsável pelo maior consumo, dos seguintes produtos, em kg, per capita/ano: carne bovina – 40,4; carne avícola – 28,1; pescados – 14,0 e farinha de mandioca – 33,9; a capital do País é a maior consumidora de arroz – 45,1; açúcar – 30,3; óleo de soja – 10,9 litros, e a segunda consumidora de carnes bovina – 26,6 e avícola – 23,0, entre as RMs pesquisadas.

Os resultados observados para Brasília, sempre contrários à tendência geral, podem ser imputados às especificidades locais, associadas ao intenso processo de expansão da periferia urbana, como resultado da migração.

É importante assinalar que os dados apresentados, referentes às duas pesquisas, foram indicativos do consumo domiciliar da época em que foram pesquisados, e que a redução do consumo calórico (em média de 10%) poderia ser revertida, uma vez que os dados não abrangeram o consumo de alimentos fora da residência, cujo peso nos gastos das famílias cresceu, nem tampouco foi computado o consumo dos produtos preparados —

congelados ou resfriados, que também se elevou substancialmente.

Quanto à situação atual do consumo alimentar, os estudos mais recentes sinalizam para um agravamento da pobreza nas metrópoles, pois nem mesmo os primeiros anos do Plano Real, que coincidiram com a POF 95/96, quando houve elevação da renda média mensal, per capita, dos brasileiros, significaram melhoria na distribuição de renda. Ademais, as regiões metropolitanas, por concentrarem os setores mais dinâmicos da economia, sofrem os maiores impactos de ajustamento do sistema produtivo e do mercado de trabalho, o que pode afetar sobremaneira as despesas do consumo em geral.

6 - Cenários Futuros para o Terceiro Milênio

No mundo todo houve mudanças significativas nos padrões de consumo e nas estruturas de produção, distribuição e regulação dos complexos agroalimentares, em dois sentidos distintos: a valorização de produtos são, isentos de agrotóxicos, frescos, considerados naturais, e, em sentido contrário, uma demanda por produtos práticos e funcionais, caracterizados pela rapidez de cozimento e longa conservação, adaptáveis a diversas necessidades de acessibilidade, informação e diferenciação.

Essa tendência por consumo de pratos prontos ou semi-prontos, vendidos em supermercados, é uma realidade na Europa e nos Estados Unidos. No Brasil, a indústria de alimentos foi a que se mostrou mais competitiva nos últimos anos, oferecendo ao consumidor maior variedade de opções desse segmento de mercado. Os dados da Associação Brasileira da Indústria de Alimentos (ABIA) demonstraram que vem crescendo, nos últimos três anos, a

produção de pratos prontos, em 15%, sendo mais consumidos nas classes de renda média e alta.

Nas últimas décadas, o comportamento do consumidor brasileiro se alterou, influenciado principalmente por mudanças econômicas, de uma economia fechada a integrante do Mercosul e de uma atuação feminina basicamente circunscrita ao âmbito doméstico, para uma participação maciça de mulheres no mercado de trabalho, acarretando modificações nos seus hábitos. A revolução cultural se deu com a transformação na vida cotidiana da mulher, e teve como cenário a cozinha, cujas mudanças de maior impacto na atividade humana surgiram com a introdução do microondas, do freezer, da máquina de lavar louça, etc., que estão ligadas à entrada da mulher no mercado de trabalho, aumentando sua necessidade de simplificar os afazeres domésticos.

As tendências básicas de consumo de alimentos nos países desenvolvidos, que já fizeram sentir sua influência no Brasil, foram:

- aumento do número de refeições fora do domicílio, tais como *fast food*, cozinha industrial, *self service* e outras, que oferecem alimentos rápidos a preços competitivos e acessíveis à população;
 - exigências quanto a aspectos dietéticos e nutricionais, aumentando a procura por produtos de baixo teor de colesterol, sódio e calorias;
 - difusão de novas técnicas de cozimento, como o forno de microondas;
 - redução do estoque semanal/mensal de alimentos, aumentando a demanda por produtos resfriados ou congelados, prontos para o consumo, e abreviando o tempo destinado à preparação das refeições;
 - oferta de produtos sob medida, para público alvo específico: idosos, adolescentes, crianças, solteiros, diabéticos dentre outros;
 - preocupação quanto à composição dos alimentos, com crescente demanda por produtos “in natura”, livres de agrotóxicos, mas com valor agregado de serviços pós-colheita (seleção, higienização, corte e acondicionamento em embalagens especiais);
 - compra informatizada, por computador, com alimentos entregues em domicílio, permitindo que, cada vez mais, o consumidor faça compras sem sair de casa;
 - horários flexíveis de atendimento no varejo (lojas abertas por 24 horas);
 - redução do número de empresas no setor supermercadista, como consequência do processo mundial de concentração de indústrias. O acirramento da concorrência do setor, no Brasil, está provocando um movimento de incorporações, fusões e aquisições, além de associações de grupos nacionais com firmas estrangeiras.
- No futuro próximo, espera-se que o grau de exigência do consumidor, com relação ao atendimento, seja acentuado, pois ele está recebendo um volume de informações sobre qualidade, aparência, ética ambiental (empresas que não poluem o meio ambiente) e social (empresas que não exploram mão-de-obra infantil), o que poderá alterar ainda mais os hábitos alimentares.

7-Bibliografia

1. FAO/ONU-Declaración de Roma sobre la Seguridad Alimentaria Mundial y Plan de Acción de la Cumbre Mundial sobre la Alimentación, Roma, 1996.
2. Reis, Joracy Mendes Lima dos-Situação Alimentar e Nutricional nas Regiões Metropolitanas – Comparativo dos anos 74/75 e 87/88-COBAL, outubro/1990.
3. Reis, Joracy Mendes Lima dos-A importância da atualização de dados sobre Consumo Alimentar, Revista de Política Agrícola, ano V, nº 01, Jan, fev e mar/96.
4. Monterio, Carlos A. e Mondini, Lenise-Mudança no Padrão de Alimentação da População Urbana Brasileira (1962-1988), Revista de Saúde Pública, 28 (6), 1994.
5. IBGE-Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF)-1987/88, Rio de Janeiro, 1991.
6. IBGE-POF-Consumo Alimentar Domiciliar per capita nas Regiões Metropolitanas e em Brasília e Goiania, Fevereiro, 1990.
7. IBGE – Anuário Estatístico do Brasil - 1998
8. IBGE, Pesquisa de Orçamentos Familiares, 1995-1996, Primeiros Resultados, Rio de Janeiro, 1997.
9. IBGE, Pesquisa de Orçamentos Familiares, 1995-1996, Consumo Alimentar per capita, 1998.
10. DIEESE-DIEESE conclui a primeira Pesquisa de Orçamentos Familiares após o Plano Real-Boletim Dieese, nº 185, agosto, 1996.
11. ABRAS-Pesquisa sobre práticas alimentares no Brasil-SIAL, setembro/96.
12. INAN-Estudo Multicêntrico sobre Consumo Alimentar-Convênio NEPA/UNICAMP-Relatório Final, abril, 1997.
13. Viglio, Eliana Conde B. Leite-Perspectivas no Consumo de Alimentos Básicos, Revista Conjuntura Econômica, setembro, 1994.
14. Viglio, Eliana Conde B. Leite-Padrões Alimentares no Brasil, Revista Agroanalyses, FGV-Rio de Janeiro, 15 (11), 1995.
15. Viglio, Eliana Conde B. Leite e Troccoli, Irene Raguene- O Paradoxo da Alimentação no Brasil, FGV/IBRE/Centro de Estudos Agrícolas, 1993.
16. Viglio, Eliana Conde B. Leite-Indústria de Alimentação- Características e Tendências para o ano 2000, Revista Agroanalyses, FGV, Rio de Janeiro, 16 (9), setembro, 1996.
17. CONAB-Perspectivas de consumo e produção (Projeção até o ano 2000)-Agricultura e Futuro, Brasília, janeiro, 1995.
18. Hoffmann, Rodolfo-Distribuição da Renda e Despesas com Alimentação em 11 áreas urbanas do Brasil, XXXI Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural (SOBER), Anais, vol.1, 1993.
19. Hoffmann, Rodolfo-A diminuição do consumo de Feijão no Brasil- Estudos Econômicos, São Paulo, vol 25 (2), maio-agosto, 1995.
20. Hoffmann, R. e Scampini, Paulo José-O crescimento do consumo do Leite e derivados no Brasil, ESALQ/USP, 1997.
21. Hoffmann, Rodolfo-Elasticidade-Renda da Despesa com Alimentos em Regiões Metropolitanas do Brasil em 1995-96, in Informação Econômica, IEA/SP, v.30, nº 02, fevereiro/2000.
22. Hoffmann, Rodolfo – Elasticidade-Renda das Despesas e do Consumo Físico de Alimentos no Brasil Metropolitano em 1995/96. IE/Unicamp, fevereiro/2000Vieira, Rita C. M. (Coordenadora)-Avaliação Global do Setor Agrícola: Grãos no Brasil, Brasília, IPEA, Estudos de Política Agrícola, nº 25, 1994.
23. Nassar, André Meloni e Jank, Marcos Sawaya-Evolução recente e perspectivas para a produção de feijão no Brasil, Preços Agrícolas, agosto, 1996.
24. Portugal, Alberto D.-O recente sucesso da dobradinha “Feijão com Arroz”, Revista de Política Agrícola, Brasília, ano V (1), 1996.
25. Troccoli, Irene R.-Padrões de Consumo no Brasil, Revista Agroanalyses, FGV, Rio de Janeiro, 16(9), setembro, 1996.
26. CEPAL/ONU-Panorama Social da América Latina, Santiago do Chile, fevereiro, 1997.
27. ABRAS/NIELSEN-Pesquisa do Consumidor: Os Supermercados e a Compra de Alimentos-Estudo Quantitativo, Dezembro, 1992.
28. Teixeira, Gerson-A Agricultura no “Real” e as medidas para a safra 1997/98, Câmara dos Deputados, Brasília, 1997.
29. Cyrillo, Denise C., Braga, Marcio B. e Saes, Maria Sylvia-Food Consumption Tendencies and the Brazilian Stabilization Plan: an assessment of Greater Sao Paulo, Association de Facultades, Escuelas e Institutos de Economia de America Latina, México, outubro, 1996.
30. Dutra de Oliveira, J.E, Carvalho da Cunha, Selma Freire e Marchini, J. Sergio-A Desnutrição dos Pobres e dos Ricos: dados sobre a Alimentação no Brasil, São Paulo, 1996.
31. IPEA-O Brasil no fim do século:Desafios e Propostas para a Ação Governamental, Rio de Janeiro, 1994.
32. IPEA-O Brasil na Virada do Milênio-Trajatória de Crescimento e Desafio do Desenvolvimento, Brasília, julho/97.
33. Rocha, Sonia-Crise, Estabilização e

- Pobreza-1990 a 1995-Revista Conjuntura Econômica, janeiro,1997.
34. Rocha, Sonia- Renda e Pobreza-Medidas per capita versus Adulto-Equivalente, IPEA, Texto para Discussão nº 609, novembro/98.
35. Rocha, Sonia-A Estrutura de Consumo das famílias metropolitanas em São Paulo e Recife: evidências e implicações, IPEA, Pesquisa e Planejamento, vol 25, agosto/95, nº 2. Ramos, Lauro e Reis, José Guilherme Almeida – Emprego no Brasil nos anos 90, IPEA-Texto para Discussão nº 468, março/1997.
36. Rocha, Sonia –Pobreza e Desigualdade no Brasil: O Esgotamento dos Efeitos Distributivos do Plano Real, IPEA, Texto para Discussão nº 721, abril/2000.
37. Rocha, Sonia-Opções Metodológicas para a Estimção de Linhas de Indigência e de Pobreza no Brasil, IPEA, Texto para Discussão nº 720, abril/2000.
38. Rocha, Sonia –Pobreza e Desigualdade no Brasil: O Esgotamento dos Efeitos Distributivos do Plano Real, IPEA, Texto para Discussão nº 721, abril/2000.
39. Rocha, Sonia-Opções Metodológicas para a Estimção de Linhas de Indigência e de Pobreza no Brasil, IPEA, Texto para Discussão nº 720, abril/2000.
40. Contini, Elísio –Tendências Recentes do Consumo de Alimentos Processados no Brasil, Revista de Política Agrícola, Ano VIII, nº 3, jul, ago e set/98.
41. Lavinas, Lena- Acessibilidade Alimentar e Estabilização Econômica no Brasil nos anos 90, IPEA, Texto para Discussão, nº 591, setembro/1998.
42. CEPAL-Medición de la Pobreza en Brasil: una estimación de las Necesidades de Energia y Proteínas de la Populación, dez/96.
43. Castro, Paulo Furtado e Magalhães, Luis Carlos G.-Recebimento e Dispêndio das Famílias Brasileiras: Evidências Recentes da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF)-1995/1996, IPEA, Texto para Discussão, nº 614, dezembro/98.
44. Franco, Guilherme –Tabela de Composição Química dos Alimentos, 9ª edição, Editora Atheneu, 1998.
45. BACEN, Boletim do Banco Central do Brasil, maio/1998.
46. Souza, Renato Santos de –O Custo da Alimentação no Brasil: evolução e controvérsias, in Agronegócio Brasileiro: Desafios e Perspectivas, Anais da SOBER, 1998, vol I.
47. Oliveira, Daniela- Perfil do Consumidor no Novo Milênio, Plus 4 Comunicação, São Paulo, out/99.
48. Rodriguez, Rosicler Dennanni- Alimentos: Tendências de Mercado, Roche do Brasil, São Paulo, out/99.
49. Martins, Edson-Variações do Consumo de Alimentos no Brasil de 1974/75 e 1987/88, Dissertação de Mestrado, Piracicaba, ESALQ/USP, maio/88.